



OS DESVIOS NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM UM CONTEXTO MULTICULTURAL: ABORDAGENS TEÓRICAS

Suellen Oliveira Milani José Augusto Chaves Guimarães* Fabio Assis Pinho* Juan Carlos Fernández-Molina***

Filiação

**Universidade Estadual Paulista, Brasil*

***Universidad de Granada, Espanha*

Informação de contato

Departamento de Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP

Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - Marília (17.525-900) - SP - BRASIL

E-mails

suellen@marilia.unesp.br

guimajac@marilia.unesp.br

fabio@fcav.unesp.br

jcfernand@ugr.es

RESUMO

Considerando que o processo de representação do conhecimento, enquanto atividade mediadora entre a produção e o uso da informação, encontra-se imbuído de valores morais (assim como seus instrumentos e produtos), surge a preocupação com os desvios porventura ocoríveis, notadamente em contextos de multiculturalismo. Desse modo, realiza-se uma análise teórica da questão do multiculturalismo em sistemas de informação para se chegar à questão dos desvios na representação como um fator de impacto nesse contexto, notadamente pela nítida possibilidade de danos ao usuário. Conclui-se que se o profissional da informação não for capaz de eliminar os desvios, a mera possibilidade da existência dos mesmos deve ser informada aos usuários, tentando, assim, tornar-se mais responsável sobre os desvios e se colocar explicitamente sobre as perspectivas representadas em suas unidades e sistemas de informação. Assim, ao profissional da informação cabe o encargo de assegurar a diversidade de acesso às informações culturais e pessoais, onde atua no sentido de projetar, avaliar, dar manutenção e revisar os sistemas de representação, de forma que esses se ajustem aos princípios éticos.

ABSTRACT

Considering that the knowledge representation process, whereas mediator activity between information production and use, is soaked in moral values (as well as your tools and products), arise the preoccupation about the bias, perhaps occurable. Thereby, it



is achieved a theoretical analysis of the multiculturalism issue in information systems to arrive at bias issues in the representation like impact factor in this context, by the clear possibility of users damages. It is concluded that if information professional can not be able to eliminate bias, the possibility of their existence must be informed to users, trying, like this, become more responsible about the bias and to place explicitly about the perspectives represented in your information unities and systems. Thus, the information professional must to ensure the diversity of cultural and personal information access, where he acts to project, evaluate, give maintenance and review the representation systems, in such a way as they are adjusted on ethical principles.

PALAVRAS-CHAVE: Representação do conhecimento. Desvios. Multiculturalismo.



INTRODUÇÃO

O processo de representação do conhecimento, assim como os instrumentos que o permeiam e os produtos que dele decorrem, não são neutros, estando imbuídos de valores morais. Desse modo, os valores do profissional que realiza o processo de representação, assim como os valores do idealizador do instrumento de representação, atuam de forma decisiva e podem levar a desvios (*bias*, em inglês e *sesgos*, em espanhol) na representação, o que se refletirá invariavelmente nos produtos de representação (e, via de consequência, poderá gerar danos ao usuário). Nesse contexto, especial importância reside na seleção de conceitos que serão nomeados por meio das linguagens de indexação, pois serão exatamente esses conceitos que definirão os limites do sistema, suas inclusões e exclusões.

A partir dos desvios na representação poderão aparecer ruídos na recuperação da informação de forma preocupante, definidos por Olson (2002) como muitas vezes uma “sutil marginalização desleal”. Nesse cenário, emergem problemas, tais como: preconceito, discriminação, questões de gênero, categorizações dicotômicas e falta de garantia e hospitalidade cultural, que podem ocorrer “seja no momento da análise, quando são selecionados os conceitos, seja no momento da representação, quando os mesmos são rotulados” (Guimarães, 2006).

Os desvios podem ser concebidos enquanto erros sistemáticos em um processo de tal forma que leva as consequências ou os resultados desse processo a se desviarem dos valores reais em termos de quantidade ou de direção. Tais desvios evidenciam, em última instância, uma dimensão ética da representação do conhecimento e se justificam muitas vezes por razões de natureza contextual, tais como elementos históricos ou idiossincrasias e levam a efeitos específicos no processo de representação do conhecimento.

Um dos exemplos mais marcantes dos desvios na organização e na representação do conhecimento reside nas categorizações dicotômicas em sistemas de classificação ou em tesouros, o que decorre de uma tradição aristotélica de oposição de conceitos e, quando adotadas de forma categórica, podem evidenciar desrespeito entre diferentes culturas, reforçando a idéia de preponderância ou revelando de certa maneira proselitismo (vide, por exemplo, a oposição *religiões cristãs X religiões não cristãs*).

Especificamente no que tange à dimensão temática da organização e representação do conhecimento, observa-se que a literatura da Ciência da Informação vem dedicando ainda pouca atenção à questão, destacando-se apenas os estudos de Berman (1993), Olson (1998, 2002), Santos, Madina, Serra (1999), López-Huertas e Barité (2002), López-Huertas, Torres e Barité (2004), Guimarães (2006, 2007), López-Huertas (2006, 2008) e Guimarães et al. (2008).



A vista de tal cenário, e buscando responder ao apelo de Dahlberg (1992) relativamente à necessidade de uma abordagem mais específica dos aspectos éticos que perpassam a representação do conhecimento, analisam-se as concepções teóricas dos referidos autores isolando-se os traços distintivos que integram a dimensão conceitual do desvio na organização e representação do conhecimento e, em seguida, estabelece-se uma categorização preliminar das hipóteses de desvios possíveis, como contribuição para o universo teórico das questões éticas em organização e representação do conhecimento, em um contexto multicultural e com vistas a uma sociedade global e inclusiva.

1 CONTEXTO MULTICULTURAL

O multiculturalismo traz, em seu bojo, a questão da diferença, que vai além de um conceito filosófico ou uma forma semântica, pois constitui uma efetiva realidade social dinâmica no espaço e no tempo em que se insere, com especial destaque para as questões afetas às minorias relativamente às denominadas maiorias (seu lugar, seus direitos, sua identidade e seu reconhecimento), de onde decorrem os denominados conflitos culturais que, segundo Semprini (1999), podem ser resumidos em três áreas problemáticas: a educação; a identidade sexual e as relações interpessoais; e as reivindicações identitárias.

As questões afetas ao multiculturalismo refletem, em sua essência, um reflexão ética, na medida em que buscam defender um valor maior: a inclusão, ou seja, o resguardo dos direitos de todos os cidadãos, tal como expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Nesse bojo, tem lugar o conceito do denominado “politicamente correto” (*politically correct*) que, como esclarece Semprini (1999), decorre do “jargão stalinista dos anos 50, que designava a obediência irrestrita à linha política ditada pelo comitê central”, mas que no âmbito das discussões éticas ligadas ao multiculturalismo corresponde ao conjunto de idéias, ações e expressões que contribuam para uma sociedade mais inclusiva, ou em última análise, para um bem-estar social.

Em outras palavras, tem-se que o multiculturalismo traz, à sociedade, a necessidade do reconhecimento e do respeito pelas diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e aos grupos cuja importância é ignorada e, conseqüentemente, pelo rechaço a atitudes monoculturais de grupos dominantes.

No tocante à Ciência da Informação, essas idéias encontram respaldo em Beghtol (2002), que propõe a hospitalidade cultural, enquanto “habilidade de uma notação incorporar novos conceitos e estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre os conceitos velhos e os novos.” Dessa maneira, o sistema estaria fornecendo a necessária garantia cultural aos usuários, a qual prevê que indivíduos de diferentes culturas necessitam de diferentes tipos de e caminhos para a informação. Assim, os sistemas de organização e representação do conhecimento devem garantir essa especificidade, ou seja, “fornecer acesso à informação global e localmente, em qualquer



língua, para qualquer indivíduo, cultura, grupo étnico ou domínio, em qualquer lugar, a qualquer horário e para qualquer finalidade” (Beghtol, 2002). No mesmo sentido, têm-se ainda as idéias de García Gutiérrez (2002) relativamente a uma ética transcultural de mediação e de Michèle Hudon (1997) sobre a diversidade de valores culturais (e a necessidade de sua compatibilização) que se apresentam em tesouros multilíngües.

Desse modo, a adoção de uma *epistemologia multicultural*, postulada por Semprini (1999) ou de uma *epistemografia transcultural e interativa*, postulada por García Gutiérrez (2002) torna-se fundamental ao profissional da informação como norteador nos processos de representação e mediação de um conhecimento socializado e registrado para que o mesmo, uma vez apropriado, possa fornecer informação que sirva de subsídio à construção de outros conhecimentos.

Essa mediação multicultural, por sua vez, assume uma efetiva complexidade na medida em que deve dedicar atenção ao momento da recepção (ou à lógica de recepção do usuário) e às possibilidades de sua “fragmentação”, de tal forma que um dos desafios do multiculturalismo reside em compreender como evitar situações de incomunicabilidade e encontrar novos terrenos de mediação e de tradução.

Esse processo, por sua vez, configura-se tenso, na medida em que a diversidade pressupõe (ou ao menos não exime) o conflito. Assim, a ocorrência de “guerras culturais” pode ser compreendida como um conflito para preservar ou conquistar o controle das representações e significações, que envolvem símbolos e valores, razão pela qual Semprini (1999) alerta para as seguintes variáveis:

- 1) O papel crescente exercido pelas instâncias individuais (realização pessoal, interioridade, subjetividade), pelos fatores socioculturais (valores, estilos de vida, esfera privada) e pelas reivindicações identitárias (necessidade de reconhecimento, afirmação de especificidade);
- 2) As reivindicações, as identidades ou os valores exigidos por grupos e minorias não deveriam ser considerados dados sociais objetivos, historicamente fundamentados e estáveis;
- 3) A importância assumida pelo sentido e pela subjetividade;
- 4) A limitação pragmática obriga situar as reivindicações multiculturais em sua própria perspectiva;
- 5) O papel primordial do tempo na construção do espaço multicultural, afinal é a cultura de um grupo que controla o ritmo de sua evolução e visibilidade, acrescenta-se.

Sobre o papel crescente do individualismo e dos fatores socioculturais no espaço público, “a questão multicultural concerne em grau maior ou menor a todos os países caracterizados por instituições democráticas, uma economia pós-industrial em via de globalização e uma população heterogênea” (Semprini, 1999), destaca-se a realidade de países como Canadá, Brasil, México, Austrália etc.



As minorias se manifestam, conforme explica Semprini (1999) “À medida que o espaço público se transforma em espaço sociocultural e que as reivindicações mudam de natureza e de objetivo, as ‘virtudes’ do modelo republicano se enfraquecem. O modelo de integração tradicional entra em crise porque não consegue cumprir suas promessas [...]”

É a partir da negação dessa manifestação que ocorre o verdadeiro problema social e, mais especificamente, informacional e cultural. O autor coloca, então, a dificuldade de compreender a questão multicultural quando não se considera a importância e a legitimidade que a noção de diferença adquiriu na cultura ocidental.

A ideologia universalista leva as sociedades à “[...] transformar a diferença seja num *estado transitório* rumo a uma ordem de coisas superior, seja num *fato pessoal e privado*, além do alcance de suas preocupações. Fundamentada na ideologia da igualdade, a cultura política ocidental enxerga a diferença como uma ameaça [...]” (Semprini, 1999).

Nesse cenário, o autor recorda que termos como diferença e identidade, igualdade e justiça, relativismo e universalismo, racionalismo e subjetividade, cidadania, ética e direito nos são familiares, e que são “as categorias mesmas do projeto moderno em seu conjunto que estão passando por uma crise. Mais que um desafio social e político, mais que um desafio teórico e filosófico, trata-se de um verdadeiro desafio de civilização que nos é lançado pelo multiculturalismo” (Semprini, 1999). Para responder a esse desafio é necessário que cada indivíduo de uma sociedade se experimente como “ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento” (Freire, 1996).

No que diz respeito às questões multiculturais e à Ciência da Informação, García Gutiérrez (2002) substitui o termo profissional da informação por mediador e afirma que este tem que ter uma visão transdisciplinar, ou seja, abordar todos os aspectos possíveis de um assunto, pois a influência pessoal sendo inevitável, torna a neutralidade impossível. O autor coloca a organização do conhecimento como um processo de reflexão sobre o conhecimento e, destaca que a influência do mediador nesse processo ocorre tanto na etapa da representação, quanto na etapa da tomada de decisão.

A organização do conhecimento, enquanto operação, segundo García Gutiérrez (2002), não lida somente com a organização, mas também com esquemas de seleção de discurso, análises, processos de decodificação, representação e acesso a suprimentos, destacando a democracia e a propriedade pública do conhecimento em escala global, em contra-posição a propriedade privada e a distribuição mercadológica. Essas operações, segundo o autor, longe de serem neutras, banais ou ascéticas, são todas profundamente mediadas.

Em uma reflexão final, o autor coloca que a doutrina positivista “tem estabelecido uma concepção de mundo baseada [...] em valores errados, tais como: exclusão,



competitividade, exploração, funcionalidade, sucesso e *merchandising*. Esses valores têm inundado nossas sociedades, mentalidades e práticas cotidianas” (García Gutiérrez, 2002). E continua, dizendo que nosso campo de pesquisa deve se livrar de hábitos da elite (a maioria imposto por uma política global de interesses mercadológicos), consumismo adotado e uma linguagem técnica não-ascética, que se mantém por meio de valores, tais como: “Qualidade, Eficácia, Bem-estar ou Inovação, novos postulados expandidos como indicadores de modernidade e progresso (também uma nova ética?). Todos esses conceitos podem ser reformulados por meio, principalmente, de uma perspectiva social e crítica” (García Gutiérrez, 2002).

No tocante a aplicação do multiculturalismo nos tesouros multilíngües, Hudon (1997) contribui de forma a dar um tratamento igualitário às línguas representadas nesse instrumento, através de um esquema que permite a identificação de problemas de natureza ética. Esse esquema dá suporte à construção do tesouro, identificando itens problemáticos na questão de tesouros multilíngües.

Hudon (1997) lista alguns problemas associados aos tesouros multilíngües, potenciais causadores de desvios durante sua utilização para a representação do conhecimento, sendo eles: dilatação da linguagem para ajustá-la a uma estrutura conceitual estrangeira, no ponto em que esta se torna pouco reconhecível para seus próprios falantes; transferência de uma ampla estrutura conceitual de uma cultura para outra, sendo apropriada ou não; tradução literal dos termos da língua de origem para expressões sem sentido na língua-alvo etc.

E, Beghtol (2002, 2005) proporcionou, além dos conceitos que possibilitam as notações ampliarem seu escopo, conforme comentado anteriormente, uma estrutura que permite a identificação de problemas éticos em sistemas de representação do conhecimento. Essa estrutura guia, também, a tomada de decisão em relação aos problemas éticos.

Nesse sentido, os autores analisados são convergentes em suas opiniões em relação ao usuário, bem como complementares, em relação às competências profissionais, que abrangem o profissional e a leitura, bem como no tocante aos valores intrínsecos ao processo de representação.

2 DESVIOS NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Em uma interação com um sistema de busca e recuperação da informação com desvios, o usuário pode sentir que sua auto-imagem retransmitida - por meio de palavras, conceitos, atitudes, comportamentos - “é uma imagem desvalorizante, discriminatória, ou até agressiva. A depreciação sistemática, afirmam os multiculturalistas, afeta pesadamente a auto-estima de um indivíduo e acaba sendo interiorizada e instalada no âmago de sua identidade” (Semprini, 1999).



Assim, não se sentir refletido por uma representação denuncia que esta foi construída sob desvios. Há na literatura muitos argumentos relativos à problemática dos desvios (nem sempre assim denominados) na representação do conhecimento presente no cerne da área de Ciência da Informação, que se apóia na máxima “representar para recuperar”. Desse modo, tem-se os preconceitos que podem embutir-se na estruturação de linguagens documentais (por exemplo, no estabelecimento das relações de equivalência e hierárquicas em um tesouro) e, por conseguinte, nos índices. Tal aspecto, “além de ferir direitos individuais, inibiria o usuário, alijando-o do sistema de informação, por absoluta falta de confiança e mesmo de identificação com os critérios de representação [...]” (Guimarães, 2006).

Brey (1999) atribui aos produtores/ programadores de jogos de realidade virtual, por exemplo, a responsabilidade sobre as conseqüências geradas a partir da temática abordada por seus jogos, e acrescenta que a representação é uma tomada de decisão constante e deve ser fidedigna, ou seja, “quando o emprego da realidade virtual está favorecendo certos valores ou interesses a outros devido a uma representação tendenciosa, pode-se dizer que o modelo fez uso de representação com desvios [*biased representation*]” (Brey, 1999).

O autor diferencia, então, *misrepresentation* (alguns aspectos da representação encontram-se claramente errados de acordo com os padrões de exatidão estabelecidos) e *biased representation* (os valores e os interesses de alguns usuários da representação não são contemplados) e conclui que metodologias devem ser desenvolvidas para que esses desvios sejam constatados e prevenidos. Os desvios na realidade virtual são perceptíveis por se tratar de simulações da realidade, o que não acontece tão evidentemente na representação do conhecimento.

De acordo com Olson (2002), as influências de alguns instrumentos de organização e representação do conhecimento, tais como: a Lista de Cabeçalho de Assuntos da Library o Congress e a Classificação Decimal de Dewey são enormes, causando, assim, uma compatibilidade mundial e a perda da autonomia cultural. A autora destaca algumas instâncias de marginalização e exclusão, sendo elas: mulheres, estrangeiros, nível de escolaridade, perícia computacional, homossexuais, raças, situações sociais (hierarquias) e culturais, religiões, crenças etc.

Desse modo, tem-se variáveis que influenciam a criação voluntária ou não de desvios, sendo elas causadas a partir: da representação temática do conhecimento; da representação descritiva do conhecimento; do profissional da informação indexador; do próprio documento ou da natureza do conhecimento registrado; da linguagem documental alfabética; da linguagem documental hierárquica; da política de indexação (ou da falta dela); do profissional da informação mediador; ou do usuário durante o processo de busca e recuperação da informação.



Um dos pontos mais delicados dessa temática são os desvios causados pelo profissional indexador a partir de seus próprios valores morais, conforme sistematização e discussão apresentada por Guimarães et al. (2008), bem como os causados a partir da linguagem documental utilizada no processo de representação temática do conhecimento.

A respeito das linguagens documentais, que são vocabulários controlados construídos de modo a estabelecer os descritores permitidos para representar documentos em um âmbito geral ou de um domínio específico, discute-se os parâmetros utilizados para essa construção, validação e avaliação, bem como de que maneira se dá esse processo no caso das ditas minorias.

Os profissionais da informação devem compreender, conforme atesta Hjørland (2008), que “contribuições para a produção, uso e organização do conhecimento não podem ser feitas a partir de posições neutras, fora do esforço do interior dos domínios”, o que envolveria diretamente a epistemologia do mesmo elaborada a partir da literatura gerada por seus especialistas.

Há algumas críticas a essa base metodológica de criação de fronteiras a partir de descobertas científicas, assim como a existência de múltiplos paradigmas dentro de um domínio e não de múltiplos domínios (Feinberg, 2007), mas Hjørland (2008) defende essa metodologia quando afirma que as disciplinas são dinâmicas e dependentes da teoria, e que o conhecimento do assunto é necessário, embora insuficiente, sendo assim os especialistas ou profissionais da informação precisam de outros conhecimentos acerca do contexto em que o domínio será representado.

Em relação aos domínios que envolvem as minorias, López-Huertas (2006) ressalta que “os especialistas driblam essa falta de linguagem acrescentando uma expressão inequívoca da interdisciplina, como gênero, mulheres etc., assim é a disciplina ou a temática que estabelece os limites do discurso de gênero”, por exemplo. López-Huertas (2006) exemplifica esse fato citando alguns assuntos tópicos: “mulher e política, salários das mulheres, direitos sociais das mulheres, saúde e gênero etc.” Essa atitude faz com que a representação seja feita sob desvios, uma vez que “ambientes sócio-culturais afetam a orientação temática das Especialidades. Uma parte importante do conhecimento que vem sendo produzido está respondendo às demandas sócio-culturais [...]” (López-Huertas, 2008), sendo necessária uma representação que assegure a garantia cultural a esse domínio de usuários.

A preocupação com as diferenças culturais deve, então, “nascer no planejamento da construção do sistema de organização do conhecimento para uso em ambientes multiculturais. Uma maneira é analisar o domínio do conhecimento em cada cultura [...]” (López-Huertas, 2008). Isso fará com o sistema seja construído para amparar seu contexto multicultural.



O *poder de nomear* dos profissionais da informação (Olson, 2002) lhe autoriza a construir percepções e discursos. Então, “qualquer aplicação de conceitos e qualquer OC [organização do conhecimento], dessa forma, tem que considerar quais definições e relações semânticas são propostas no contexto dado” (Hjørland, 2008), ao contrário do que propõem as idéias de universalização e padronização muito difundidas na área de Ciência da Informação.

De modo a exemplificar a discussão apresentada, categorizou-se preliminarmente, a partir dos ensinamentos de Guimarães (2006), algumas hipóteses concretas de desvios (enquanto problemas éticos que, no mais das vezes, levam à reflexão dos valores da área), na representação do conhecimento, sendo elas:

- Relativo ao **preconceito ou discriminação**, seja no momento da análise ou da representação;

Por exemplo: *Lesbianismo* USE *Desvios sexuais* poderia levar ao constrangimento de uma parcela da comunidade usuária.

No tocante aos desvios inerentes a Classificação Decimal Universal, Santos, Madina e Serra (1999) destacam: Discriminação de gênero (Nas notações referentes: as profissões; ao direito penal; a administração pública; ao feminismo); Discriminação sexual (Nas notações referentes: ao sexo e as pessoas; a pornografia; a higiene e vida sexual; a saúde e higiene da mulher); Tabus sociais (Nas notações referentes: a higiene e a moral; ao direito e a pornografia; aos problemas que afetam o bem-estar social); Discriminação imperialista - relações Norte-Sul dos países - (Nas notações referentes: ao desenvolvimento dos povos; as raças; a como se fala um idioma); Discriminação de minorias (Nas notações referentes: as minorias; aos asilos para mendigos).

Em relação à Lista de Cabeçalho de Assuntos da Library of Congress, Berman (1993) apresenta alguns desvios e sua situação - alguns solucionados e outros não - conforme se segue: *Jewish question* - 13 anos para ser abolido; *Yellow Peril* - 18 anos para ser abolido; *Race question* substituído por *Race relations*; *Negroes* substituído por *Afro-americans*; *Rogues and vagabonds* SEE ALSO *Gypsies* - desvinculados; *Sexual perversion* SEE ALSO *Homosexuality and Lesbianism* - abolido; *Women as...* Ex: *Women as accountants* compactado por *Women accountants*; *Children - management* substituído por *Child rearing*; *Primitive* - permanece; *Oriental* (na maioria das vezes representando o *Asian*) desfavorece, por meio do termo *Orient*, os *Asian-americans* - permanece; *Romanies (or Roma)* - termo preferido - Nenhum outro cabeçalho ampara as experiências durante o *Third Reich*, o que também ocorre com os *Jews*; *Class K - Laws* - Nas décadas de 60 e 70 foram publicados volumes separados para cada país norte-americano e europeu, sendo que apenas em 1993 foi publicado um volume englobando a Ásia, Eurásia, África, Área do Pacífico e Antártida



(Olson, 1998); *Sand Creek Massacre, 1984* - Aqui entram materiais de 29 de novembro de 1864, quando ocorreu o massacre dos *Cheyenne Indians*, do Sand Creek, Colorado, pelas tropas estado-unidenses comandadas pelo coronel John Chivington; *Hate Crimes* - Aqui entram materiais de ações criminais que envolvem indivíduos ou grupos em casos com vítimas de sexo, raça, cor, religião, orientação sexual, deficiência, idade ou nacionalidade de origem - Por exemplo: Terrorismo e ações violentas, incluindo incêndio, bombardeamento de casas e negócios, *cross burning*, vandalismo (como desenhos *swastika*), assaltos a pessoas, telefonemas importunos ou obscenos e cartas e pacotes ameaçadores; *Zouk Music* - Aqui entram músicas de dança caribenha em combinação com as cantigas do Oeste da Índia, ritmos africanos e pop ocidental.

- Relativo às **categorizações dicotômicas** nos sistemas de classificação;

Por exemplo: Religiões cristãs X Religiões não-cristãs, reforçando um paradigma de preponderância ou de normalidade e revelando uma certa dose de proselitismo.

Na Classificação Decimal de Dewey (Olson, 1998), por exemplo, no tocante a *Religion* (classe 200) onde 80% da classe são dedicados exclusivamente ao Cristianismo e a *American Literature* (classe 810) como seção separada, enquanto a Literatura proveniente de outras nações se encontra na seção *Languages*.

- Relativo à **visão de mundo específica**, uma vez que em algumas linguagens documentais se priorizam alguns conceitos em detrimento de outros;

Por exemplo: algumas classificações, notadamente norte-americanas, como a Classificação Decimal de Dewey, que em alguns aspectos revelam uma concepção de mundo pautada pelo prisma do WASP (*White, Protestant and Anglo-Saxon Man*).

- Relativo à **precisão terminológica** na representação documental;

Por exemplo: substituição da expressão *igrejas protestantes* por *igrejas evangélicas*, caracterizando uma metonímia, visto que toma a parte pelo todo uma vez que todas as igrejas cristãs (e que, portanto, valem-se das escrituras do Novo Testamento e, portanto, dos evangelhos) poderiam ser assim denominadas. Essa questão passa por aspectos nitidamente políticos e sociais, como se pode observar em países latinoamericanos, onde a expressão *evangélico* encontrou mais força com o surgimento das igrejas neo-pentecostais que passaram, então, a abrigar-se sob tal denominação, juntamente com as igrejas reformadas tradicionais, revelando um suposto “gênero” cujas espécies,



por guardarem distinções doutrinárias substantivas, não poderiam ser simplesmente consideradas como tais.

- Relativo à **polissemia** de alguns termos técnicos, sem que, muitas vezes, o profissional se dê conta de tal fato;

Por exemplo: o termo Classificação que, embora nas áreas de Arquivologia e de Biblioteconomia revele igualmente a preocupação final com a ordenação documental, pauta-se por lógicas distintas, qual seja, a funcional, na primeira, e a temática, na segunda.

- Relativo à **dimensão do “politicamente correto”** na indexação, quando ao longo do tempo, expressões evoluem e adquirem maior precisão;

Por exemplo: *Usuários deficientes, Usuários portadores de deficiência, e posteriormente Usuários especiais, e atualmente, Usuários com necessidades especiais.*

Uso preferencial do termo *homossexualidade* ao invés de *homossexualismo*, uma vez que o sufixo -ismo, deste último, leva à idéia de vício, assim como em tabagismo, alcoolismo etc.

3 CONCLUSÕES

Considerando que a atuação dos profissionais da informação, enquanto seres histórico-sociais, pressupõe necessariamente a abordagem dos valores, por meio de comparações, escolhas, intervenções e decisões desenvolvidas, cada vez mais se impõe a questão ética na representação do conhecimento, notadamente no que concerne à garantia cultural, principalmente se considerarmos a convivência de diferentes paradigmas que, por sua vez, servem a diferentes objetivos e interesses, caracterizando um efetivo contexto de multiculturalidade (Freire, 1996, Hjørland, 2008).

Desse modo, a explicitação de valores e paradigmas, permeados por aspectos históricos, sociais e culturais, torna-se cada vez mais necessária na representação do conhecimento, de maneira a que atividades como a definição de descritores se coadune com determinantes de espaço e de tempo e se adéquem a contextos específicos (usuário e organização) de unidades e sistemas de informação.

Para tanto, e uma vez que um sistema de informação revela, em última análise, uma forma de articulação de um determinado domínio, especial atenção deve ser dada a recursos como remissivas, termos relacionados e notas de alcance, na medida em que os mesmos, transcendendo a dimensão técnica, desempenham importante papel social, uma vez que a representação do conhecimento, enquanto atividade que visa a disponibilizar



informações para todo e qualquer tipo de usuário, deve atuar de forma a que todos, sem distinção, se sintam refletidos nessa realidade, pois caso algum desvio seja percebido, esse usuário, ou grupo de usuários, se afastará do sistema de informação como um todo, o qual além de não ter cumprido sua função, terá desrespeitado valores e direitos morais desses usuários.

Assim, se o profissional da informação não for capaz de prever ou solucionar os desvios, a mera possibilidade da existência dos mesmos deve ser informada aos usuários, tentando, assim, tornar-se mais responsável (*hidden bias to responsible bias*, conforme coloca Feinberg, 2007) sobre os desvios e se colocar explicitamente sobre as perspectivas representadas em suas unidades e sistemas de informação.

Cabe, portanto, ao profissional da informação, o encargo de assegurar a diversidade de acesso às informações culturais e pessoais, onde atua no sentido de projetar, avaliar, dar manutenção e revisar os sistemas de representação, de forma que esses se ajustem aos princípios éticos.

REFERENCIAS

BERMAN, S. (1993) *Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People*. 2. ed. Jeffersin; North Carolina; London: McFarland & Company, Inc.

BEGHTOL, C. (2002) "A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems". *Journal of Documentation*, London, v. 58, n. 5, p. 507-532.

BEGHTOL, C. (2005) "Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use". *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912.

BREY, P. (1999) "The ethics of representation and action in virtual reality". *Ethics and Information Technology*, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 5-14.

DAHLBERG, I. (1992) "Ethics and knowledge organization": in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. *International Classification*, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2.

FEINBERG, M. (2007) "Hidden bias to responsible bias": an approach to information systems based os Haraway's situated knowledges. *Information Research*, Sweden, v. 12, n. 4.

FREIRE, P. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. (Coleção Leitura).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. (2002) *Knowledge organization from a “culture of the border” towards a transcultural ethics of mediation*. En: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: ERGON VERLAG. p. 516-522. (Advances in Knowledge Organization, v. 8).

GUIMARÃES, J. A. C. (2006) *Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar*. En: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN. p. 237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. (2007) *Aspectos éticos do tratamento temático da informação (TTI): elementos para sua caracterização a partir da interface das dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área de Biblioteconomia no Mercosul*. Marília: UNESP. Relatório de Produtividade do Projeto Integrado de Pesquisa referente ao período 2003-2006 apresentado ao CNPq.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. (2008) *Ethics in the Knowledge Organization Environment: an overview of values and problems in the LIS literature*. En: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). *Cultural and Identity in Knowledge Organization*. Würzburg: ERGON VERLAG. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).

HJØRLAND, B. (2008) *Deliberate Bias in Knowledge Organization?* En: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). *Cultural and Identity in Knowledge Organization*. Würzburg: ERGON VERLAG. p. 256-260. (Advances in Knowledge Organization, 11).

HUDON, M. (1997) “Multilingual thesaurus construction”: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (2006) *Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del conocimiento*. En: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN. p. 209-235.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (2008) *Cultural impact on Knowledge Representation and Organization in a Subject Domain*. En: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.).



Cultural and Identity in Knowledge Organization. Würzburg: ERGON VERLAG. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; BARITÉ ROQUETA, M. -G. (2002) *Knowledge representation and organization of gender studies on the Internet: towards integration*. En: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Wüsburg: ERGON VERLAG. p. 393-403. (Advances in Knowledge Organization, v. 8).

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; TORRES, I; BARITÉ, M. (2004) *Terminological representation of specialized areas in conceptual structures: the case of gender studies*. En: MCILWAINE, I. (Ed.). *Knowledge organization and the global information society*. Wüsburg: ERGON VERLAG. p. 35-39. (Advances in Knowledge Organization, v. 9).

OLSON, H. A. (1998) "Mapping beyond dewey's boundaries": constructing classificatory space for marginalized knowledge domains (Dewey Decimal Classification excludes some groups). *Library Trends*, Champaign, v. 47, n. 2, p. 233-254.

OLSON, H. A. (2002) *The power to name: locating the limits or subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher.

SANTOS, T. M.; MADINA, A. M.; SERRA, R. S. (1999) *CDU: perspectiva de género y discriminación de minorías*. En: GARCÍA MARCO, F. J. (Ed.). *Organización del conocimiento en sistemas de información: actas del III Encuentro de ISKO - España*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza. p. 103-118.

SEMPRINI, A. (1999) *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC. (Coleção Verbum).